

Capital social, hierarquias e relações de poder nos processos de reprodução econômica no interior dos territórios: O Vale do São Francisco no Brasil como campo relacional em disputa.

Claúdio Baltazar Silva Dias. claudiobdias 16@gmail.com.

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – Universidade Federal do Vale do São Francisco – Brasil Denes Dantas Vieira.

<u>denes.vieira@univasf.edu.br</u> . Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – Universidade Federal do Vale do São Francisco – Brasil

Hália Mayara Amorim. <a href="mailto:heliamaiaraneryamorim@gmail.com">heliamaiaraneryamorim@gmail.com</a> .

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – Universidade Federal do Vale do São Francisco – Brasil Margareth Moraes. <a href="margarethpam@gmail.com">margarethpam@gmail.com</a> .

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – Universidade Federal do Vale do São Francisco – Brasil Victor Leonam . <a href="wictorleonam@gmail.com">wictorleonam@gmail.com</a> .

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – Universidade Federal do Vale do São Francisco – Brasil



## **RESUMO**

Os territórios de identidade têm sido utilizados como lócus para implementação de políticas públicas e de processos de dinamização econômica em diversas áreas rurais em todo o mundo e em especial na América Latina. No Brasil, a última década foi emblemática de inúmeras experiências de desenvolvimento territorial como estratégia de superação da pobreza e emancipação econômica e social de comunidades e grupos socialmente vulneráveis. O presente trabalho tem o objetivo de apresentar o resultado de um estudo realizado a partir de três experiências de desenvolvimento territorial: Irrigação para fruticultura; Comunidades tradicionais de Fundo de Pasto; e assentamentos de reforma agrária; todos esses casos desenvolvidos no território do submédio do Vale do São Francisco na região nordeste do Brasil. Em seu aspecto teórico e metodológico a produção desse trabalho é amparada nos conceitos de habitus, campo e capital do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Foram analisadas as trajetórias sociais dos agentes líderes e as instituições envolvidas na execução de três experiências de desenvolvimento territorial. As análises da pesquisa apontam a construção de um campo relacional bastante controverso e em disputa por parte dos mais diversos agentes envolvidos com os processos de desenvolvimento estudados. A apropriação dos recursos relacionais, a exemplo do capital social é utilizado de forma desigual pelos agentes sociais, que constroem hierarquias e posições que facilitam a execução de projetos e políticas de reprodução social e econômica de suas comunidades.

Palavras Chaves: Agricultura familiar; trajetória social; desenvolvimento rural.

### **ABSTRACT**

Identity territories have been used as a locus for the implementation of public policies and processes of economic dynamization in several rural areas around the world and especially in Latin America. In Brazil, the last analysis for the strategy of overcoming poverty and economic and social emancipation of communities and socially vulnerable groups. The present work has the objective to present the result of a study realized from three experiences of territorial development: Irrigation for fruit growing; Traditional Grassland Communities; and agrarian reform settlements; all developed in the territory of the sub-region of the São Francisco Valley in the northeastern region of Brazil. In its theoretical and methodological aspect of work production, it is supported in the concepts of habitus, field and capital of the French sociologist Pierre Bourdieu. They were analyzed as direct directives of the managing agents and as entities involved in the execution of three experiences of territorial development. The research analyzes point to the construction of a very controversial and disputed relational field by the most diverse agents involved with studied development processes. The appropriation of relational resources, like social capital, is used unequally by agents, who build hierarchies and actions that facilitate the execution of social and economic reproduction projects and policies in their communities.

**Keywords:** Family farming; social trajectory; rural development.



## I. Introdução

O artigo "Capital social, hierarquias e relações de poder nos processos de reprodução econômica no interior dos territórios: O Vale do São Francisco no Brasil como campo relacional em disputa" é resultado de pesquisas empíricas realizadas através do trabalho de profissionais e pesquisadores atuantes, discentes e docente, do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal do Vale do São Francisco / Univasf, Nordeste do Brasil. A pesquisa foi realizada no território do submédio São Francisco, uma área predominante semiárida. O território recebe esse nome devido à presença do rio São Francisco, um dos maiores e mais importantes rios brasileiros, sua bacia hidrográfica também comporta um grande sistema de geração de energia hidroelétrica.

A área do território submédio São Francisco é reconhecida como um grande polo produtor de fruticultura irrigada, exportando para mercados internacionais frutas tropicais. Além da produção destinada ao mercado externo, a região também produz e comercializa quantidades significativas de legumes e verduras que abastecem mercados de todo o Brasil. A geração de emprego e renda para a população local e para grupos empresarias têm sido usada historicamente por gestores públicos e políticos profissionais, como argumento para o uso intensivo das águas do rio São Francisco, proposição de políticas públicas e ofertas de créditos para o chamado agronegócio da fruticultura irrigada.

O presente artigo procura problematizar sobre o contexto de desenvolvimento de algumas experiências de reprodução econômica no território do submédio São Francisco, áreas irrigadas, comunidades tradicionais de fundo de pasto e assentamentos de reforma agrária. Os contrates e as disputas por poder e capital econômico e social são elementos importantes ao debate de: como esses agentes têm construído suas estratégias políticas de reprodução social e econômicas? O Objetivo do artigo é analisar três experiências de desenvolvimento de grupos sociais e as questões relacionadas as suas trajetórias e disposições em agir nesse campo de relações: O território do submédio São Francisco .



# II. Marco teórico/marco conceptual

Os Territórios podem ser entendidos aqui como o espaço social ou campo, como denominado por Vieira (2013, pag. 28) como "lócus privilegiados das relações entre os mais variados agentes", são ambientes onde ocorrem processos que envolvem várias pessoas com suas respectivas trajetórias e vivências, que se juntam, trocam e complementam experiências resultando na construção de uma realidade comum, ou seja, é onde se pode perceber como as relações de poder e controle são constituídos, revelando o poder acumulado e disposição de seus integrantes.

É nesse espaço social onde surgem as lideranças com seus *habitus*, ( disposições para agir), e conseguem através de seu capital social, conquistar capital econômico e cultural, que os levam à obtenção de recursos e meios para mobilidade em um campo relacional de atuação no interior do espaço social, sobre os espaços sociais:

É possível, a esta altura da exposição, comparar o espaço social a um espaço geográfico no interior do qual se recortam regiões. Mas, esse espaço é construído de tal maneira que, quanto mais próximos estiverem os grupos ou instituições ali situados, mais propriedades eles terão em comum; quanto mais afastados, menos propriedades em comum eles terão. As distâncias espaciais - no papel - coincidem com as distâncias sociais. (Bourdieu, 2011, pag.153)

Nos conceitos de *Habitus*, Capital e Campo, Pierre Bourdieu apresenta as formas em que um determinado grupo social se posiciona diante de realidades comuns, em que se sobressaem valores como confiança, solidariedade, reciprocidade em uma rede de relações – capital social . A sociologia de Bourdieu é relacional, quanto mais relações os agentes têm, mais poder eles adquirirem para usar em seus campos relacionais .

Trata-se de uma característica inerente, resultante da trajetória vivenciada e experimentada, que vem dar impulso às tomadas de decisões e opções de um determinado agente e/ou grupo, dentro de um campo receptivo e natural para a tomada de ações trazendo benefícios. O conceito de Capital tão largamente discutido por Bourdieu (2013) traz consigo a tradução daquilo que é de valor, que traz prestígio, status, posição, distinção e que pode ser interpretado como poder. Dentro de um



campo relacional, o agente pode usar o capital Econômico, Social (rede de relações), Cultural e Simbólico como recursos a sua disposição. Para Bourdieu, mesmo tendo um ou mais formas de capital, faz-se necessário integrar-se a uma rede de relações. É o que destaca Oliveira (2015):

Muito embora considerando que o capital social é algo que o indivíduo acumula sozinho, ou obtém por delegação de outros, a ideia construída por Bourdieu mostra que o volume deste capital individual é dependente da extensão da "rede de relações" estabelecida. Ou seja, quanto maior a rede e quanto maior o seu estoque de capital social, oriundo da união dos sujeitos individuais que a compõem, maior a capacidade de ação e de alcance dos resultados pretendidos (lucros ou capitais materiais e simbólicos), cuja base principal é a proximidade de grupo construída. (Oliveira, 2015, p. 90)

Contudo, trata-se, também, de uma relação bastante complexa e conflituosa. Não basta que o agente detenha esses capitais. Para que haja uma atuação, faz-se necessário que haja um sentido na forma que os usa e se posiciona dentro da sua rede de relações.

No espaço social há diversas formas de atuação concernente ao *habitus* de cada um, em que, alguns se colocam em posição de liderança, hierarquicamente, no comando de outros que, a partir da sua disposição se colocam na condição de subordinação. Com isso, o processo se estabelece e se estrutura nas condições e características próprias, que enriquece as relações dentro do campo social e fazendo com que os campos de força respectivos sejam visíveis e respeitados por todo o contingente de pessoas envolvidas.

Nas experiências aqui relatadas, é notável a presença desses agentes que se destacam pela força e atuação nas lutas sociais e políticas, agentes esses que em suas trajetórias vêm acumulando capital social para em e a partir de seu campo de relações, individual ou coletivo, agir na intenção de modificar e/ou melhorar situações em que se veem prejudicados. Nesse processo, passam assim a posições privilegiadas e de reconhecimento dentro do território ou da sociedade à qual pertencem.

## III. Metodologia

O presente artigo tem a proposta de analisar experiências de desenvolvimento econômico no território do Submédio São Francisco, região do nordeste brasileiro, seus desafios e interesses, disputas e hierarquias por alocação de recursos variados. A pesquisa tem caráter quantitativo e



exploratório, utiliza entrevistas semiestruturadas, observação participante, diários de campo e análise documental dos registros das experiências investigadas.

A caracterização das experiências de desenvolvimento apresentada no artigo tem como base de sua estruturação a identificação da trajetória social de alguns dos entrevistados e suas experiências com os grupos sociais durante a coleta de dados e informações. Os conceitos teóricos e metodológicos de *Habitus*, Capital e Campo do sociólogo francês Pierre Bourdieu foram usados como referencial para as análises das experiências.



### IV. Análise e discussão dos dados

# A experiência dos projetos irrigados

Os projetos públicos de irrigação (PPI) foram implantados inicialmente no final da década de 1960, a partir da promoção de políticas públicas, que diminuíssem as desigualdades regionais brasileiras e impulsionasse o desenvolvimento da Região Nordeste, especialmente no Submédio do Vale do São Francisco, como forma de enfrentar os problemas recorrentes das secas que afetam aquela região, sendo inicialmente implantados os PPIs Bebedouro no município de Petrolina, no Estado de Pernambuco e Mandacaru no município de Juazeiro, no Estado da Bahia.

A ocupação dos PPIs pelos colonos foi feita pela Codevasf, levando em consideração o perfil dos agricultores que foram desapropriados para a implantação dos projetos e trabalhadores rurais da região (meeiros, arrendatários, etc.), preferencialmente aqueles com famílias numerosas, escolhidas estrategicamente para que não houvesse escassez de mão de obra, para as atividades agrícolas irrigadas, que naquele momento trava-se de cultivos de ciclo curto.

Meu pai era meeiro nas ilhas de Orocó (cidade próxima a Petrolina), e foi selecionado para o projeto, vindo com toda família para trabalhar no lote, éramos cinco filhos e toda a família trabalhava no lote, principalmente com tomate e algodão, (Agricultora, Maria).

Durante o trabalho de campo, foram identificados casos de agricultores selecionados que não atendia aos critérios oficiais preestabelecidos pela Administração Pública, mas que tinham forte apadrinhamento político, a partir da formação de uma rede de relacionamento, principalmente com os políticos e correligionários ligados a família Coelho, que tinha muita influência na política regional, estadual e até mesmo na esfera federal, indicando os gestores da Codevasf.

Um dia recebi a visita de uns políticos importantes, eu pedi a eles uma área irrigada para trabalhar, pois eu já sabia trabalhar com irrigação, mas como os critérios de seleção era voltado para os pequenos, com família grande, eu não tinha conseguido nenhum lote. Então, eles falaram com o superintendente da Codevasf e no dia seguinte eles me ligaram e disseram onde ficava o lote, (Agricultor, José).

As poucas cooperativas e associações existentes foram criadas por indução e apoio da Codevasf, para facilitar o processo de negociação de políticas de apoio a ser implantadas, principalmente através do serviço de assistência técnica e extensão rural - ATER, que inicialmente



era prestado pelos próprios funcionários estatais e depois passou a ser terceirizado por empresas especializadas contratadas.

Nós fazíamos tudo, tínhamos que transformar todos eles em pequenos empresários rurais, e aí a gente ensinava desde como plantar até como planejar a produção. Assim eram feitos os planos agrícolas, onde o produtor dizia o que ele ia produzir durante o ano e a gente fazia o levantamento dos insumos que seriam necessários, (Técnico, Manoel).

O serviço de ATER era então balizado por um modelo difusionista, a partir dos pacotes tecnológicos advindos da revolução verde e que não respeitava a humanização das relações, a problematização da realidade e a formação de capital social, o foco era sempre a acumulação de capital econômico.

Os agricultores que conseguiam construir uma rede de relações com os técnicos da Codevasf, baseada muitas vezes na racionalidade técnica e produtiva, que por muitas vezes premiavam os "bons irrigantes" por produção e produtividade ou mesmo com o grupo político que controlava aquela estatal, conseguiam articular melhorias dentro das comunidades tornavam-se lideranças naquelas localidades, presidindo as associação e cooperativas.

Como eu fiz amizade com o técnico da Codevasf (disse o nome) e eu seguia as orientações deles, eu fui conseguindo uma coisinha aqui, outra ali, para a agrovila e povo começou a me procurar para eu conseguir mais coisas e a gente foi conseguindo, (Agricultor ,Pedro)

Antes de vir pra cá, eu trabalhei nas Indústrias Coelho e politicamente eu sempre segui a família Coelho, até hoje, pois com eles eu conseguia trazer as coisas pra cá pra vila. Conseguimos tudo isso que o senhor está vendo (referindo-se ao galpão para comercialização de frutas da associação), (Agricultor, João).

Na visão dos técnicos da Codevasf somente com a "seleção natural" promovida no processo de venda dos lotes dos colonos, alguns deles tidos como "preguiçosos", para produtores com potencial empreendedor é que os projetos avançaram e cresceram economicamente, com o aumento da produção e da renda bruta nos PPIs.

Com o processo de emancipação dos PPIs e a formação dos distritos de irrigação, por imposição da estatal, que foi percebido nos relatos, executado de forma abrupta e pouco dialógica, os agricultores passam a ser chamados de "usuários" do serviço de irrigação e não mais de colono irrigante. Também foram envolvidas nos distritos as grandes e médias empresas implantadas nos



projetos, que acabaram por ocupar locais de destaque na administração dos distritos e os pequenos produtores, mesmo sendo maioria não se sentem representados e tem um grande distanciamento da gestão do PPI. Conforme destaca o Agricultor Antônio "nem sei como aquele distrito funciona, ali só quem participa é empresário e é só pra prejudicar e cobrar dos pequenos, pois não traz benefício nenhum pra gente".

O agricultor Joaquim relatou que "até fiz parte no início, mas me decepcionei muito com aquilo (referindo-se ao distrito), uma vez precisei de uma máquina para um serviço aqui no meu lote e eles disseram que não podiam executar o serviço".

Os relatos acima demonstram a falta de conhecimento e interesse dos "usuários", pois acreditam que o distrito deveria executar o mesmo serviço amplo e genérico, que antes era realizado pela Codevasf, criando assim uma lacuna e uma perda de referência para os agricultores. Os serviços prestados nas agrovilas, também deixam de serem executados pela Codevasf, que tenta transferir os serviços públicos para as outras esferas administrativas, principalmente para o município.

## A experiência das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto

As comunidades tradicionais de Fundo de Pasto se caracterizam por um modelo de vida bem particular do Semiárido Brasileiro, principalmente da região Norte do Estado da Bahia. Essas comunidades ao longo de sua história desenvolveram estratégias e um modo de convivência e gestão em seus sistemas agropecuários e comunitários, agregando em seu modo secular de produção o uso de terras de forma coletiva, para criação de animais (Caprinos, ovinos e bovinos) soltos em vastas áreas com vegetação caatinga sem delimitação de cercas, assim como aguadas, atividades extrativistas e medicinais. Como também características sociais e culturais próprias, sendo parentesco, compadrio e vizinhança além de um conjunto de praticas costumeiras. (Carvalho. 2008). Sendo fatores que podem caracterizar o *Habitus* destas comunidades tradicionais.

Contudo a formação deste modo de vida, esta ligada a historia de ocupação das terras no Brasil, juntamente com a resistência dos povos indígenas e a invasão dos territórios no Nordeste Brasileiro. Que tem como marco a divisão das terras pela coroa Portuguesa em 1549, formando assim as "Sesmarias" que eram grandes porções de terras concedidas com intuito de serem



administradas e exploradas, sendo assim responsáveis pelo desbravamento das porções de terras por meio da inserção do gado e a formação de currais ao longo dos rios, principalmente com a crise da cana de açúcar no Nordeste do século XVII.

Outro marco da trajetória social destas comunidades se dá por meio da luta pelas terras, diante da pratica de grilagem que passou a ser comum na década 1970, principalmente nas áreas devolutas pertencentes ao estado Brasileiro, mais que os agentes sociais ao logo dos séculos exploraram a estabeleceram seu uso, formando seu capital econômico, social e cultural. Durante gerações construindo e reafirmando um jeito particular de viver no semiárido Brasileiro.

O Reconhecimento em 2007, das comunidades de Fundo de Pasto como comunidades tradicionais e em 2013 a lei estadual que garante o direito a terra em forma de concessão real de uso por 99 anos podendo ser renovado em iguais períodos, Lei nº 12.910 de 11 de Outubro de 2013. Garantindo também nesta Lei o reconhecimento do modo de vida pela SEPROME (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial) até Dezembro de 2018. O que demostra o quanto o espaço social esta em disputa entre diferentes agentes e instituições que compõem campo relacional.

Diante da trajetória social a formação do *Habitus* esta relacionada aos diversos períodos da história e a interação dos povos que foram importantes para formação destas comunidades. Os diversos conflitos que acompanharam a sua história formaram um capital social e cultural que vem conquistando com apoio de instituições politicas públicas para o fortalecendo do modo de vida e a permanência na terra, mesmo diante de diversas ameaças dos grandes projetos que estimulam capital econômico em agentes que nem sempre comunga do formato construído ao logo dos séculos, para dar lugar ao pensamento capitalista.

## A experiência dos assentamentos de reforma agrária

Ate o final da década de quarenta à região do submédio São Francisco/ Brasil cresceu lentamente, tanto econômica como populacional, no ritmo da expansão da pecuária extensiva e como o desenvolvimento de alguns projetos de irrigação, que não tiveram maior impacto na transformação do setor agrário da região.

Com o surgimento do Banco do Nordeste no inicio dos anos 50 e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) no inicio dos anos 60, como órgãos fomentadores do



desenvolvimento no Nordeste Brasileiro, a região passou a ter incentivo com políticas voltadas a irrigação e cultivo de sequeiro. Porém essas políticas têm o foco de combater a seca, levaram a varias consequência desastrosas contribuindo muito para o êxodo rural.

A partir dos anos 90 com o incentivo maior à irrigação promove a introdução das culturas do melão e de fruticultura permanentes, como uva, goiaba, manga e coco, proporcionando um grande aumento das áreas irrigadas, especialmente nas margens do Rio São Francisco. A introdução da energia elétrica tornou a irrigação mais acessível aos agricultores, no entanto, a energia não foi disseminada para o conjunto da área rural.

Já no final da década de 60 e ao longo da década de 70, o governo federal investe no "desenvolvimento rural integrado", com base numa concepção proposta pelo Banco Mundial, criando programas especiais de desenvolvimento regional, como o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste), em 1974, e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo), em 1976.

Essa concepção procurava articular a pesquisa agronômica, a assistência técnica, o crédito, a infraestrutura (estradas vicinais e eletrificação rural) e ações de reorganização territorial, e se manifesta na introdução de gado bovino de alto teor genético, no desmatamento das caatingas para plantar capim e na instalação de cercas. Tudo isso, através de financiamento aos pecuaristas e agropecuaristas, tanto patronais, quanto familiares que, no primeiro momento, usufruem ao máximo os financiamentos, mas, por motivos distintos, que incluem desde o calote puro e simples dos grandes produtores à perda do rebanho pelos pequenos produtores, ficam endividados, iniciando um processo de inadimplência, que se mantém até a atualidade.

No entanto, a distribuição de funções em órgãos distintos, de ministérios diferentes, não permite a articulação das ações, que acabavam por ter sempre um cunho verticalista, não privilegiando as decisões dos agricultores irrigantes, pecuaristas e agropecuaristas, suas instituições e comunidades. Além do mais, não havia a preocupação de resolver o problema da baixa especialização e formação acadêmica dos agropecuaristas e pecuaristas, principal entrave para introdução ou adaptação de novas técnicas, até hoje. O grande mal, no entanto, estava relacionado à forma descontínua



que esses apoios federais eram colocados, apenas nos momentos de seca, gerando uma dependência das ações de mitigação, tais como abastecimento de água e cestas básicas.

Cabe destacar que os assentamentos do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), no Submédio São Francisco, ocupam uma área de aproximadamente 50 mil ha, localizados numa distância inferior aos 60 km da fonte de água referida no Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Planvasf), sendo que, nos municípios de Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande, os projetos totalizam uma área de 26.056 ha, e já são assentamentos irrigados ou irrigáveis.

Apesar de ocorrerem, em diversos municípios ao mesmo tempo, as ações externas funcionaram como incisões, separando os municípios que, durante muito tempo, digladiaram entre si para ficar com as maiores partes dos recursos. Essas intervenções, que envolveram a destituição do poder local, em grande parte não solucionaram os problemas dos municípios; ao contrário, quase sempre aumentaram os já existentes.

Esses problemas são aprofundados pelo acréscimo de população nas áreas urbanas, apesar dos municípios serem notadamente agropecuaristas e as atividades desenvolvidas nas sedes estarem inteiramente vinculadas com o mundo rural.

Esse acréscimo de imóveis, tanto em número, quanto em áreas, é devido, particularmente, ao aumento do numero de imóveis cadastrados pelo Incra. Aí se observa, que são os pequenos proprietários os que mais reagem a este processo de inscrição, motivados pela necessidade de obter a legalização da posse para serem "beneficiários" do financiamento, tanto não reembolsável, como reembolsável, nos diversos programas implementados na região. No entanto, a estrutura agrária, segue sendo desigual.

### V. Conclusões

A ocupação dos territórios rurais ao longo da história foi pautada por interesses econômicos e disputas por recursos e posições hierárquicas de poder nesses campos relacionais. Os projetos de desenvolvimento implementados no semiárido do nordeste brasileiro não foge a regra dos conflitos inerentes as experiências dessa configuração social. O território do submédio São Francisco é rico naquilo que é caro e valioso para as regiões semiáridas do mundo: água – seu controle e uso



expressa poder, ou como Bourdieu (2011) reflete - isso diz muito sobre as formas variadas de capital (econômico, social, cultural), acumuladas de forma desigual por seus agentes ao longo de trajetórias sociais, que produziram *habitus* que vão revelar e explicar as posições desiguais de acesso aos ônus e bônus das relações processadas em seu campo de relações.

O submédio São Francisco é um território, um campo relacional , um campo de relações da agropecuária , seus agentes - os protagonistas do discurso do desenvolvimento estão , não só, mas também , inseridos em posições diferentes nas ações, ganhos e perdas desse campo. O recorte empírico utilizada para a realização da pesquisa, que deu origem a esse artigo foi importante para precisar a trajetória e algumas das estratégias de reprodução social e econômica desses três agentes coletivos: Os agricultores irrigantes, os agricultores das comunidades tradicionais de fundo de pasto, e, os agricultores assentados da reforma agrária.

Em relação à experiência dos Projetos Públicos de Irrigação com os agricultores para fruticultura, ao longo do tempo com a incorporação de um certo capital simbólico, resultado do acúmulo de capital econômico e social oriundos de trajetórias sociais específicas de alguns agentes Determinados agentes líderes passaram a reproduzir os seus padrões sociais e econômicos, perpetuando-se na mesma posição do campo relacional dos projetos públicos de irrigação, muitos deles, ingressaram na política partidária e tornaram-se vereadores em seus municípios.

Com o apelo constante da profissionalização e mercantilização da produção, parte dos colonos não se adaptaram a nova racionalidade empreendedora e enxergaram na venda de seus lotes de terra, uma possibilidade de capitalização rápida e passaram a trabalhar nas áreas empresariais, reproduzindo assim a sua forma de produção e vida anterior a atividade irrigada, trabalhador rural. O que é caracterizado por alguns funcionários da Codevasf, entrevistados, como: "um bocado de preguiçoso, que não queriam produzir e queriam que o governo fizesse tudo por eles".

Sobre as comunidades de fundo de pasto, ainda hoje elas convivem com realidade fundiária com base nas terras devolutas, minifúndios de terras individuais entre 5 e 100 hectares em parte titulada ou com algum registro ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, com imensas áreas coletivas ainda preservadas com predomínio de vegetação da caatinga.



Os conflitos e disputas do modelo de viver nas comunidades de Fundo de Pasto, levaram a formação de uma instituição organizada de cunho popular, pautada na luta organizada para o enfrentamento das diversas ameaças ao uso e posse da terra, modo de vida e a forma de criar e cultivar desses camponeses. A atuação política por direitos das comunidades de fundo de pasto possibilitou a formalização da articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pastos na década de 1990, sendo hoje a instituição representativa de suas conquistas.

Por fim, o surgimento dos assentamentos de reforma agrária, em parte do território do submédio São Franscisco, foi resultado do abandono das fazendas de fruticultura pelos grandes empresários, na primeira metade da década de 1990, o que coincidiu com a atuação territorial do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O processo de organização dos trabalhadores para ocupação dessas fazendas improdutivas não foi muito difícil, visto que existia um grande contingente de mão-de-obra que havia ficado ociosa com o fim dos grandes projetos de fruticultura. Somavam-se a esse grupo as pessoas originárias de áreas de sequeiro, que se encontravam em busca de áreas com acesso a água. Ao MST, juntou-se a Federação de Trabalhadores de Pernambuco (Fetape), no trabalho de organização desses trabalhadores, fortalecendo um movimento que se revelou bastante forte e coeso, obrigando o Incra, na segunda metade dessa década, a transformar as áreas em assentamentos da reforma agrária. E mesmo que esse tipo de ação de arrecadação de terras tenha reduzido relativamente o impacto da concentração fundiária, não promoveu mudanças na situação econômica dos pequenos produtores, nem dos municípios.



# VI. Bibliografía

Bourdieu, P. (2011). Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense.

Bourdieu, P. (2013). *Escritos de Educação* / Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (organizadores). 14 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 – (Ciências Sociais da Educação).

Carvalho, F. P. (2008) *Fundo de Pasto: Origem Politica e Território*, Salvador – BA 2008, 169f.:il. Dissertação de mestrado, UFBA, Faculdade e Filosofia e Ciências Humanas.

Vieira. D. D. (2013). Os empoderados da agricultura familiar: capital social nos territórios do Seridó e do sertão do Apodi/RN. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pósgraduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Oliveira, J. V (2015) *Cooperação Intermunicipal Abrangente? O Caso da Ride Petrolina Juazei-ro/PE*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.